

CRMV PR

Conselho Regional de
Medicina Veterinária / PR

Nº 10 | Ano III
Jan | Fev | Mar | 2004



Resolução 670 CFMV - A força dos

Conheça um pouco mais do assunto

Consultórios, Clínicas e Hospitais Veterinários



1º Seminário Sul-Brasileiro de Bem Estar Animal

Curitiba - Paraná

05 e 06 de abril de 2004
 Local: Faculdades ESEEI
 UTP - Campus Torres
 Curso de Medicina Veterinária



ARRINHOS ORTOPÉDICOS VETERINÁRIOS - COUGO E CIA.
 Fone (41) 363-3998 - fax (41) 336-3470 (Plataforma)
 Rua Francisco Lachowski, 241 - Curitiba - PR - CEP 80730-250

Construídos em alumínio leve - parafusos/eixos em aço inoxidável
 - rodas leves - suporte das pernas traseiras para virilha em borracha
 macia revestida com lycra. Preços a partir de R\$ 160,00.



Matéria de Capa
 Resolução 670 protege a profissão.
 Pág. 12

Nesta Edição

Fiscalização
 Reformulação do Manual de RT
 Pág. 5



Conselho em ação Realizações do CRMV-PR Pág. 6	Por dentro do conselho Transparência Pág. 10
Notas SIM/POA Cascavel Pág. 8	Entrevista II Medicina Veterinária na CPA Pág. 18
Secretaria Geral Regulamentação profissional Pág. 9	Produção animal O desafio de produzir Pág. 22

Entrevista
 O Médico Veterinário Georges Fillis, da Tortuga, fala da visão de mercado
 Pág. 16

Intercâmbio
 Brasil x Cuba
 pág. 15



Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Masaru Sugai
Vice-Presidente: Nestor Werner
Secretário Geral: Wagner Luiz Bueno
Tesoureiro: Carlos R. Conti Naumann
Conselheiros: Ademir Benedito da Luz Pereira, Ana Lúcia Menon, Ivonei Afonso Vieira, Noemy Tellechea Pansard, Regina Akemi Uttime, Luiz Alexandre Filho, Carlos Leandro Henemann, Dirceu Vedovello Filho, Lourenço Yugo Suzumura, Odete Völz Medeiros, Onésimo Locatelli e Sérgio Toshihiko Eko
Comissão Editorial: Nestor Werner, Wagner Luiz Bueno, Ana Lúcia Menon, Regina Akemi Uttime e Carlos Leandro Henemann

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná - CRMV-PR
 R. Fernandes de Barros, 675 - Alto da XV
 Curitiba - Paraná - CEP: 80040-200
 Fone: (41) 263-2511 - Fax: (41) 264-4085
 e-mail: jornalismo@crm-pr.org.br

Edição: Fábio Schatzmann (3250/12/45) Jornalista
Jornalista Resp.: Fábio Schatzmann (3250/12/45)
Estagiária: Elisa Cristina de Carvalho
Projeto Gráfico: RDO - Roth Design Office - (41) 338-7054
Designer Responsável: Leandro Roth
Tiragem: 8.000
Fotolito e Impressão: Gráfica e Editora Posigraf

As matérias e artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da Diretoria do CRMV-PR.



Responsabilidade técnica, um avanço de toda categoria



Lembramos aos colegas médicos veterinários e zootecnistas a importância de estarmos atentos em relação à qualidade na prestação de serviços e oferta de produtos para a sociedade, pois é inegável que o cliente passou a exigir seus direitos, muito bem informado pelos diversos canais de comunicação, pelos órgãos de defesa do consumidor e outras fontes fidedignas que esclarecem a população em escala crescente.

Dentro dessa perspectiva, uma área que merece atenção redobrada é a da Responsabilidade Técnica. Os profissionais prestadores de serviços às empresas inscritas no CRMV-PR têm a obrigação de estarem permanentemente atualizados, não somente sobre o conhecimento técnico da Medicina Veterinária e da Zootecnia, mas também sobre legislações fiscais, tributárias, ambientais e relações de mercado, entre outras inúmeras que inter-

ferem no mundo dos negócios.

A decisão dos empresários poderá se basear na competência e profissionalismo apresentados pelos colegas envolvidos, cujos serviços satisfaçam realmente os seus anseios.

Com o objetivo de fortalecer e valorizar as nossas categorias profissionais perante a sociedade, o CRMV-PR implementará ao longo do ano de 2004, diversos seminários regionais, abordando o tema "Responsabilidade Técnica", com a participação de empresários, médicos veterinários e zootecnistas paranaenses.

Também, o Manual de RT está sendo avaliado por uma Comissão de Conselheiros e caso necessário, serão efetuadas alterações na busca de sua efetiva aplicabilidade.

Enfim, o CRMV-PR estará sempre comprometido com o cumprimento de suas atribuições estabelecidas nas Leis 5.517/68 e 5.550/68, que é a de orientar e fiscalizar o exercício profissional do médico veterinário e do zootecnista.

No entanto, é fundamental que todos nós tenhamos a devida consciência profissional, que deverá transparecer em todos os atos praticados no dia-a-dia, porque só assim, ocuparemos o nosso merecido espaço com competência, ética e lealdade.

Muito Obrigado!

www.crmv-pr.org.br



CRMV-PR

Visite o site do Conselho e atualize-se sobre os últimos informes pertinentes a classe. No site estão as principais orientações técnicas, além de todas as portarias expedidas pela Presidência, Regulamentações e Resoluções mais importantes editadas pelo CFMV. Você pode acompanhar ainda todo o Plano de Trabalho de 2004, como também ver o Relatório das Atividades desenvolvidas no ano passado.

Nota Técnica

PROGRAMA ESTADUAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS EM ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL (PAMVet-PR)

Resolução

Através da Resolução SESA n.º 0337/2003 foi instituído pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná o Programa Estadual de Controle Resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos de Origem Animal - PAMVet-PR, tendo como objetivo principal avaliar continuamente os níveis de resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal, com vistas à segurança alimentar, evitando possíveis danos à saúde da população, bem como evitar resistências bacterianas em humanos a partir de estudos que venham a demonstrar a associação destas resistências ao consumo de alimentos de origem animal contaminados com resíduos de antibióticos, o que, implica cada vez mais, na necessidade de desenvolvimento de novos antibióticos capazes de dar conta da maior agressividade desses agentes etiológicos.

Simultaneamente a criação do programa, foi instituído, através de Resolução SESA n.º 0338/2003, o Grupo Técnico Científico para coordenação e execução do programa, composto por representantes da Divisão de Vigilância Sanitária de Alimentos, das sete Macro-Regionais de Saúde, do Laboratório Central do Estado - LACEN e das Universidades Estaduais de Londrina e Maringá.

Um dos primeiros trabalhos realizados pelo Grupo Técnico Científico, foi o Levantamento da Comercialização e Uso de Medicamentos Veterinários em Rebanho Leiteiro no Estado do Paraná, a ser divulgado até maio deste ano, que subsidiará a eleição dos principais medicamentos veterinários a serem analisados.

CRMV-PR espera apoio dos profissionais para revisão do Manual de Responsabilidade Técnica

Para uma completa reformulação do Manual de Responsabilidade Técnica e Procedimentos, os membros da Comissão aguardam até o dia 30 de abril sugestões e propostas.

De acordo com os membros da Comissão o objetivo é debater a fundo a questão, para a melhor reforma de seu conteúdo, não deixando arestas ou dúvidas futuras. O espaço aberto é para todos os médicos veterinários e zootecnistas que integram a Autarquia.

Os membros da Comissão de Revisão do Manual de Responsabilidade Técnica e Procedimentos já estiveram reunidos em Maringá, no dia 17 de fevereiro, debatendo e corrigindo os rumos dentro do processo de revisão.

Neste primeiro encontro foi destacada a importância de se fazer um trabalho de marketing junto às empresas e a importância dessas medidas para melhoria da qualidade de vida da população.

Foi decidida ainda e será realizada no começo do mês de abril, uma viagem dos membros da comissão ao Rio Grande do Sul, para verificar o modelo de Seminário implantado naquele Estado. O resultado desse encontro pode ser acompanhado no Site da autarquia.



Manual de RT será reformulado.

"A revisão deve torná-lo atual, eficiente e prático aos médicos veterinários e zootecnistas".

Pelo cronograma formulado pelos membros ficou estabelecido, além da data de 30 de abril de 2004 para recebimento das propostas (podendo ser enviadas por e-mail crm-v-pr@crm-v-pr.org.br, fax (41) 264.4085 ou Correios), logo após aceitas as recomendações de modificações, será elaborada uma primeira minuta.

Entre 05 de junho a 05 de julho, o manual será submetido à consulta pública e para a elaboração da minuta final, que será encaminhada ao presidente do CRMV-PR. Encerrada a fase, no mês de setembro, o novo manual passará a ser discutido e posteriormente aprovado em sessão plenária do CRMV-PR.

Participam da Comissão: Dr. Sérgio Toshihiko Eko, Dr. Ivonei Afonso Vieira, Dra. Noemy Tellechea Pansard, Dr. Luiz Alexandre Filho, Dr. Dirceu Vedovello Filho e Dr. Edison R. Pires.

Para o membro da Comissão, Méd. Vet. Edison R. Pires, se reveste de justificativa a revisão desse manual, pelo fato de torná-lo moderno, eficiente e prático quando sua consulta por médicos veterinários e zootecnistas, acompanhando toda a evolução do mercado de trabalho, científico e tecnologicamente instalados no Brasil.

Comissão de Tombamento apresenta neste mês relatório final

A Comissão de Tombamento de Patrimônio, nomeada pelo presidente do CRMV-PR, encerrou as visitas às onze Delegacias da Autarquia. O objetivo delas foi realizar um completo levantamento de todos os materiais que as unidades possuem. O trabalho também teve como meta fazer um completo apanhado dos equipamentos de que dispõem as sedes, bem como, sua catalogação e avaliação.

Os membros da comissão iniciaram as visitas às sedes no dia 02 de fevereiro. A primeira Delegacia que teve seu levantamento realizado foi a de Ponta Grossa, em

seguida Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina e Maringá. Depois estiveram em Paranavaí, Campo Mourão, Umuarama, Cascavel e Pato Branco. O roteiro foi concluído na Delegacia de Guarapuava.

Os membros verificaram ainda as condições de qualidade e manutenção dos materiais e em caso de comprometimento, sendo proposto sua baixa no relatório final quando da entrega ao presidente da CRMV-PR, prevista para ocorrer até a segunda quinzena de abril deste ano.

Cerimônia de Entrega de Cédulas Profissionais



Cerimônia do dia 20 de janeiro (Foto1) e foto 2 do dia 10 de fevereiro.

Desde do começo do ano, cerca 30 novos colegas receberam suas Cédulas de Identidade Profissional. A primeira solenidade do ano ocorreu no dia 20 de janeiro e contou com a participação de 20 profissionais. O evento teve como padrinhos o Zootecnista, Sérgio Luiz

Machado da Silva e o Méd. Vet. Hernani Yoshio Hatori.

Na segunda cerimônia de 2004, participaram nove profissionais, dessa vez todos médicos veterinários, a entrega aconteceu no dia 10 de fevereiro, às

11h na sede do CRMV-PR. O padrinho da recepção aos novos colegas foi, o ex-presidente da Autarquia, o Méd. Vet. Dr. Paulo Borba.

As cerimônias não se restringiram a capital. O Delegado Regional do CRMV-PR de Cascavel, o Méd. Vet. João Carlos Koehler, junto com o presidente da Autarquia, Méd. Vet. Masaru Sugai, entregaram ao colega Dr. Alexandre Reis, no dia 10 de fevereiro, a Cédula de Identidade Profissional. A solenidade aconteceu na Delegacia. Participaram da solenidade Dra. Luciana Chiyo, delegada Regional de Foz do Iguaçu, Dr. Luciano Miotto (vice-presidente do núcleo de Méd. Vet. do Vale do Piquiri - Palotina), Dra. Vanessa Ficagna (madrinha do homenageado), Dr. Alexandre Rios (homenageado), Dra. Adelaide Marina Schaedler (delegada regional de Toledo), Dr. Nestor Werner (vice-presidente do CRMV-PR) e Dr. João Arlindo Gonçalves (presidente do núcleo de Méd. Vet. Do Vale do Piquiri - Palotina).



A formanda Deise Cristiane Ebert recebe Diploma de Honra ao Mérito.

No dia 23 de janeiro, o secretário geral do CRMV-PR Dr. Wagner Bueno esteve representando a Autarquia na formatura de Medicina Veterinária da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR.

A solenidade ocorreu no Teatro Guaíra.

Na ocasião, Dr. Wagner Bueno entregou um Diploma de Honra ao Mérito a formanda destaque - primeiro lugar da turma: Deise Cristiane Ebert.

Formandos Destaque

Os formandos de Medicina Veterinária e Zootecnia destaques homenageados pelo CRMV-PR neste trimestre foram:

Deise Cristiane Ebert
Medicina Veterinária (PUCPR)
23/01/04

Julio Cezar Barreto
Vinicius Pegoraro
Zootecnia (UNIOESTE)
12/02/04

Daiane Donin Spessatto (1º lugar)
Paulo Emilio Lessikio (2º lugar)
Érika Zanoni (3º lugar)
Medicina Veterinária
(UFPR/Palotina)
27/02/04

Carla Yoko Tanikawa
Medicina Veterinária (UFPR)
05/03/04

Lucas Maciel Gouvêa
Medicina Veterinária (UEL)
05/03/04

Medicina Veterinária e Zootecnia em Pauta

Durante visita ao Vale do Paranapanema, na cidade de Colorado, o presidente do CRMV-PR, Dr. Masaru Sugai junto com o coordenador da área de Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), o Médico Veterinário Dr. Pedro Versali, concederam entrevista a TV Alvorada (canal fechado dessa região), no dia 30 de dezembro de 2003.

O entrevistador e diretor de jor-

nalismo da TV Alvorada, Carlos Maia, aproveitou a oportunidade para debater questões referentes às campanhas de combate e controle da Brucelose e da Tuberculose.

Assuntos como a qualidade de ensino, o exame nacional de certificação profissional também pautaram a entrevista. Na oportunidade foi debatido o papel do CRMV-PR junto à comunidade, no contexto sócio-econômico.



O entrevistador Carlos Maia, com os médicos veterinários Dr. Masaru Sugai, presidente do CRMV-PR e Dr. Pedro Versali, membro da Seab.

Palestras em Londrina reúnem mais de 30 profissionais



Da esquerda para a direita: Dr. Ricardo Maia, Dra. Noemy Tellechea Pansard e Dr. Wagner Bueno.

No dia 28 de novembro de 2003, no auditório da Justiça Federal em Londrina, foram ministradas palestras sobre pequenos animais. O secretário-geral do CRMV-PR, Dr. Wagner Bueno, ministrou palestra sobre "Alergia em Cães". A palestra sobre "Atualização em Oftalmologia Veterinária" foi ministrada pelo Méd. Vet. Ricardo Maia. Cerca de 33 médicos veterinários participaram do evento. A Méd. Vet e Conselheira do CRMV-PR Noemy Tellechea Pansard e o representante do Ministério da Agricultura Dr. Minore Kuriki estiveram prestigiando o evento.

Os participantes elogiaram a qualidade das palestras e o desempenho dos palestrantes.

A Formatura

"Oi Cara! Você viu o que aprontaram na formatura do Dudu? Pô meu, aquela buzina estava demais... era de doer os ouvidos da galera! E as faixas meu... uma delas trazia coisas de arrear... um barato! E a gritaria, os assobios e os apitos quando ele foi receber o canudo, pô meu, foi demais!"

E assim foi se desenrolando a conversa entre dois amigos que participaram da formatura do amigo comum, o Dudu. É a expressão que unia geração que possivelmente não teve a oportunidade de participar de uma autêntica Sessão Solene seja de formatura ou de outra finalidade. Por isso eu fico a perguntar cá aos meus botões - como será que se sentem os familiares desses formandos, que pertencendo a outra geração participavam de uma SOLENIDADE de formatura com uma postura totalmente diferente desta que hoje presenciamos? Talvez seja saudosismo invocarmos as formaturas onde havia um espírito cívico, solene e de respeito por aquele ato, compartilhado por autoridades, formandos, familiares e convida-

dos; porém, a diferença comportamental desse público é tão grande que eu já não me arvo o direito de dizer se esta ou aquela modalidade é que está certa. Sei apenas que conheci outra forma de participar de uma solenidade de formatura, como fora a minha. Hoje, simplesmente me reservo o direito de lamentar a distorção ocorrida neste ato com o passar dos anos. Talvez seja prudente indicar para a geração atual uma forma mais condizente de participar da alegria pela etapa vencida por um familiar ou amigo, respeitando os valores e os atos das instituições que ainda lutam por preservar os princípios éticos.

Curitiba, fevereiro de 2004.

Dr. Carlos Felipe Sanchet Viana (Pres. da Academia Paranaense de Med. Veterinária)
Dr. Narcizo Marques da Silva (Secr. da Academia Paranaense de Med. Veterinária)

Médico Veterinário toma posse como Secretário Municipal da Agricultura em Ponta Grossa



Solenidade: presença de diversas autoridades marcam a posse do Dr. Ivonei Afonso Vieira.

O médico veterinário e conselheiro do CRMV-PR Dr. Ivonei Afonso Vieira tomou posse no dia 02 de março, como Secretário Municipal da Agricultura e Abastecimento do município de Ponta Grossa. A posse do novo secretário foi realizada na Câmara Municipal, às 14:00.

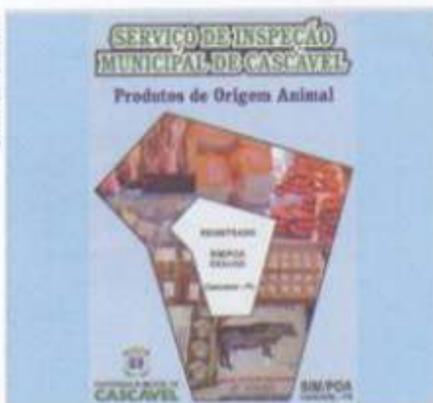
Acompanharam a solenidade diversas autoridades locais, vereadores, o

reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paulo Godoy e o governador em exercício, o médico veterinário Dr. Orlando Pessutti. A comunidade e os colegas médicos veterinários da região também prestigiaram em grande número a posse do novo secretário, que contou também com a presença do Presidente do CRMV-PR, Dr. Masaru Sugai e do Chefe da Fiscalização, Dr. Edison R. Pires.

Há 25 anos, Dr. Ivonei é funcionário da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e trabalha na área de defesa sanitária animal da unidade de Ponta Grossa. Pelo mesmo órgão, foi chefe de Sanidade Avícola em Curitiba por quatro anos. Ainda trabalhou como professor de Economia Rural da Universidade Estadual de Ponta Grossa e, atualmente, é professor da Uniandrade de Ponta Grossa e na Fascic/Facit de Itararé. (fonte: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/>)

O CRMV-PR parabeniza Dr. Ivonei por mais essa conquista para a Medicina Veterinária.

SIM/POA de Cascavel elabora cartilha



Cartilha orienta proprietários.

Na plenária do dia 24 de outubro, o Médico Veterinário Luiz Francisco, consultor da área de pecuária do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, ministrou uma palestra sobre o

processo de rastreabilidade sanitária na Espanha. O modelo de rastreabilidade sanitária do país é reconhecido em toda a Europa. O sistema foi implantado após o surgimento da doença da Vaca Louca e Aftosa na Europa - que culminou na eliminação de rebanhos e redução no consumo de alimentos de origem animal.

Ao contrário do Brasil, lá se criam bovinos em confinamento com alimentação de ração sem conteúdo animal (farinha de sangue, ossos e sangue), medicamentos só podem ser usados sob a prescrição de um médico veterinário, e a quarentena entre a aplicação de medicamentos e o abate do animal é respeitada.

Ainda como medida sanitária, qualquer animal acima de 12 meses tem sua medula retirada para diagnosticar

ZOOTEC 2004

A versão do ZOOTEC 2004 (<http://www.upis.br/zootec2004/>) terá algumas novidades. O evento passará de três para quatro dias; a Reunião Nacional de Ensino terá duração de um dia inteiro para maiores discussões sobre o ensino da profissão; o Fórum de Entidades também passará a ter duração de um dia; além disso, será entregue um Prêmio ao melhor trabalho científico apresentado na forma de pôster, que tenha como primeiro autor um estudante de graduação em Zootecnia.

Organizado pela Associação Brasileira de Zootecnistas - ABZ, Associação dos Zootecnistas do Distrito Federal e Entorno e Faculdade UPIS o Zootec 2004 acontecerá no período de 28 a 31 de maio em Brasília. O evento compreenderá o VI Congresso Internacional de Zootecnia; o XIV Congresso Nacional de Zootecnia; a X Reunião Nacional de Ensino em Zootecnia e o XVII Fórum de Entidades de Zootecnistas. O tema abordado será "A Zootecnia e o Agronegócio". Serão ministradas palestras e apresentados trabalhos científicos. Cerca de dois mil profissionais e estudantes de todo o Brasil são esperados.

possíveis casos da Doença da Vaca Louca.

Na Espanha, a rastreabilidade não é só sanitária, mas genética, uma vez que é possível se saber as origens dos animais abatidos. Todo o processo, desde o abate, armazenamento, transporte e venda do produto ao consumidor é regulamentado e fiscalizado pelo próprio governo. Entretanto, a execução desse processo de rastreabilidade sanitária fica sob responsabilidade das empresas privadas.

Quem nos deixou

É com pesar que comunicamos a perda dos valiosos colegas médicos veterinários:

- Lourenço José Barreiros Netto (15/03/2004)
- Luiz Cesar Borne (31/10/2003)
- Gino Francisco de Carli (01/03/2004)

Anuidades em Atraso

Alguns profissionais quando atrasam sua anuidade fazem depósitos na conta corrente do CRMV-PR, tentando com isso não pagar juros e correção monetária pelo atraso. Além de causar imenso transtorno, pois não há como identificar quem fez o depósito, isto também não isenta das taxas cobradas. Os profissionais ao utilizarem deste expediente causam outro problema, pois os funcionários desta autarquia têm que ser desviadas de suas funções para ficarem procurando nos extratos tais depósitos.

Caros colegas, está na hora de todos entenderem que as cobranças de anuidade e registros não partem desta regional e sim são emanadas pelo CFMV que por sua vez faz cumprir tão somente o que é estipulado por lei. Muitos colegas ligam reclamando do CRMV, alegando ser um absurdo a cobrança de juros, entendendo que isto parte da vontade da atual Diretoria. Primeiro é lamentável um colega desconhecer as reais atribuições desta casa, e também pensar que o

Conselho Regional é uma ilha de onde emana suas vontades. Nós aqui cumprimos as obrigações administrativas inerentes ao cargo.

A lei estipula a cobrança e multa em caso de atraso, cabe a nós cumpri-la, sob pena de sermos responsabilizados. Então antes de ligar cobrando atitudes que não são cabíveis, informe-se sobre suas responsabilidades, deveres e direitos.

Acompanhamento de denúncias

A Secretaria Geral informa que toda denúncia recebida contra estabelecimentos veterinários, profissionais, charlatões, ou qualquer ato ilícito no exercício profissional, desde que devidamente protocoladas, e que estão sendo acatadas por este CRMV-PR, estão sendo enviadas cartas aos denunciadores, para que possam saber e acompanhar em que fase está o processo, bem como demonstrar a transparência de todo o procedimento. Também o denunciado rece-

berá uma carta prévia alertando sobre a denúncia recebida. A partir dos fatos apurados, sejam em audiências preliminares ou em oitivas de testemunhas, ouvidas ambas as partes, essas receberão nova correspondência que comunicará se a questão procede ou não, acarretando a abertura de processo ético ou arquivamento do mesmo.

Portanto agora as duas partes do processo - denunciadores e denunciados -

saberão sobre o andamento da causa. Caso algum denunciante não receba a carta comunicando a ciência deste Conselho, certifique-se de que sua denúncia foi protocolada na recepção da Autarquia. Assim poderemos encaminhar segundo os novos trâmites.

Com isto esta Diretoria mostra respeito e interesse a todos aqueles a quem esta casa vem representando.

Veterinários Responsáveis por Laticínios

O CRMV-PR preocupa-se com a regulamentação profissional em todos os seus níveis como atribuição básica. Porém também nos preocupamos com os profissionais que estão se esforçando para exercer seu trabalho da forma mais ética e competente possível.

Cabe estarmos a todas as situações pertinentes a nossa área profissional. Ultimamente alguns colegas responsáveis técnicos de laticínios se viram na eminência de perder suas anotações de função técnica devido a outros profissionais que clamam o direito de exercerem a atividade. Existe hoje uma dúvida legal sobre quais são os profissionais que podem exercer tal atividade nestes estabelecimentos. Estamos caminhando para uma nova fase de concorrência entre profissões.

Enquanto Conselho empenhamos nossos esforços na luta pelos direitos garantidos pela lei 5.517, onde diz quais são as funções privativas de Médicos Veterinários. Porém a categoria deve participar ativamente na defesa de seus interesses. Sabemos que outros profissionais estão se qualificando cada vez mais na área de alimentos em toda a sua cadeia de produção. Portanto os contratadores estão exigentes e preferindo o responsável técnico melhor qualificado e que pode lhe oferecer mais serviços, independente de qual seja sua categoria profissional.

Então colegas é necessário atenção e não ficar apenas esperando que a simples graduação universitária seja suficiente para trabalharem como RT's. Procurem cursos de reciclagem, especializações, toda infor-

mação para melhorar as qualificações na área de sua atuação, com isso mostraremos aos empresários e para a sociedade, o quanto é importante a nossa presença como veterinário nestes estabelecimentos. E assim consolidar o veterinário nesta área, não só porque a lei assim nos faculta, mas por ser o profissional melhor preparado para este serviço do qual depende a saúde e bem estar da comunidade.

Estaremos trazendo a todos as ofertas de curso, informando sobre eventos em todas as instituições de ensino, patrocinados ou não por este CRMV-PR. Assim contamos com a colaboração de todos na divulgação de eventos na sua região, bem como esperamos sugestões e críticas para a formação de cursos em todo o estado.

Coletas para Exames de Anemia Infecciosa

O CRMV-PR, nas funções atribuídas pela lei 5.517/68, volta alertar aos colegas que fazem coleta e resenha para o feito de exames para anemia infecciosa equina, que fiquem atentos quanto aos encaminhamentos de material (sangue) e documentação (resenha) para os laboratórios. O motivo é que muitos profissionais acreditam na boa fé

dos proprietários de animais, deixando o sangue e a resenha para ser encaminhados aos laboratórios, o que às vezes não acontece. Ou seja, os exames não são feitos e há falsificação de assinaturas de profissionais. Colegas insistem e voltaram a denunciar que vem sendo essa prática em vários municípios do Estado. Gostaríamos de lem-

brar que é de responsabilidade do profissional veterinário fazer a coleta e dar destino apropriado às amostras. Caso o contrário poderá incorrer em infração ao código de ética e deontologia profissional, ocasionando em intimação do CRMV-PR para prestação de esclarecimentos quanto a testes com resenha e laudos falsificados.

Transparência no CRMV-PR



Auxílio Financeiro

O I Simpósio Brasileiro sobre Cruzamento em Bovinos de Corte que ocorreu no dia 20 e 21 de novembro de 2003 e a Palestra Técnica sobre Pastagens realizada em 09 março de 2004 foram eventos que receberam auxílio do CRMV-PR para a sua realização e divulgação. Investir na melhoria da capacitação profissional das classes médica-veterinária e zootécnica, é objetivo do CRMV-PR.

Período: de janeiro a dezembro de	Receitas	R\$
	Anuidades de Pessoas Físicas	528.955,63
	Anuidades de Pessoas Jurídicas	766.886,96
	SUBTOTAL	1.295.842,59
	Receitas com Aplicações Financeiras	89.442,46
	Receitas com Inscrições	69.033,25
	Expedição de Carteiras	13.435,73
	Expedição de Certidões	668,17
	Expedição de Certificações	51.110,44
	Receita de Dívida Ativa	38.127,80
	Transferências do CFMV	0,00
	Outras Receitas (*)	138.133,76
	Alienação de Bens Móveis	0,00
TOTAL (A)	1.695.794,20	

Itens	Despesas	R\$
(1)*	Pessoal	633.269,39
(2)*	Material de Consumo	42.882,82
(3)*	Serviços de Terceiros e Encargos	14.307,95
(4)*	Outros Serviços e Encargos	845.588,40
(5)*	Obras/Benfeitorias e Instalações	58.841,96
(6)*	Equipamentos e Material Permanente	54.947,93
	TOTAL (B)	1.649.838,45
	Superávit Orçamentário (C = A - B)	45.955,75

(*) Outras Receitas: Multas p/falta inscrição, Multas p/falta RT, Multas p/ausência a Eleição, Indenizações e Restituições, Multas, Juros e Atual. Monet. s/anuidades PF e PJ, Taxa de Propriedade Rural e Listagens de Empresas registradas no CRMV-PR.

Méd. Vet. Masaru Sugai
CRMV-PR Nº 1797
Presidente

Fernando Manoel Araújo
TC-CRC-PR Nº 16.757
Resp. Contabilidade

Detalhamento das Despesas

- (1)* Salários, Gratificação por Tempo de Serviço, Gratificação de Função, Serviços Extraordinários, 13º Salário, Férias, Abono pecuniário de férias, Gratificação 1/3 - Constituição, Ajuda de Custo Alimentação, Auxílio Creche/babá, INSS, FGTS, PIS;
- (2)* Artigos de expediente, Despesas c/ Veículos, Art. Material Limpeza/Conservação, Gêneros Alimentícios, Mat.Acess.p/Máq.e Apar., Vestuários e Uniformes, Outros Materiais de Consumo;
- (3)* Prestação de Serviços de Autônomos e INSS s/Serviços Prestados;
- (4)* Assessorias: Jurídica Administrativa e Trabalhista, Locação de Móveis e Imóveis, Telefone, Fax, Serviços Postais, Diárias/Passagens Diretoria e Conselheiros, Água/Esgoto, Energia Elétrica, Plano de Saúde, Vale Transporte, Serviços de Informática, Reparos, Adaptação e Conservação de Bens, Serviços Gráficos, Serviços de Divulgação e Publicidade, Despesas c/ Fiscalização, Congressos e Convenções, Despesas com Educação Continuada, Convênio com o CIEE/PR, Manutenção Internet e Site, Desp. Abastec. veículos, Outros Serviços de Terceiros e Encargos;
- (5)* Benfeitorias, Reformas e Instalações no imóvel da "nova sede" do CRMV-PR em Curitiba;
- (6)* Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório, Materiais Bibliográficos, Utensílios de Copa e Cozinha, Máquinas e Aparelhos de Escritório, Equipamentos de Informática, Aparelhos de Intercomunicações, Veículos e Aparelhos de Foto Cinematográficos e som.

Uso do antimoniato de meglubina em cães

Expedito Luna
Diretor do DEVEP

A Leishmaniose Visceral - LV é uma zoonose, considerada no passado de transmissão silvestre, ocorrendo predominantemente em ambientes rurais, atualmente encontra-se em expansão nas áreas periurbanas e urbanas. As estratégias de controle ainda são pouco efetivas. Em virtude das características epidemiológicas e do conhecimento ainda insuficiente sobre os vários elementos que compõem a cadeia de transmissão da leishmaniose visceral, as estratégias de controle desta endemia estão centradas no diagnóstico e tratamento precoce dos casos humanos, vigilância, monitoramento e controle de reservatórios e do vetor, bem como informação, educação e comunicação objetivando o alerta a população e sensibilização dos profissionais de saúde.

No Brasil, os compostos antimoniais, derivados pentavalentes (Sb+5), foram introduzidos na década de 40 e, desde então, os mesmos têm sido considerados como drogas de primeira escolha no tratamento humano dessa protozoose. Existem no mercado atualmente duas formulações de Sb+s disponíveis: Stibogluconato de sódio e o antimoniato-N-metil glucamina, não parecendo existir diferenças quanto a eficácia terapêutica destas formulações. No Brasil, a única formulação disponível é o antimoniato-N-metil-glucamina, que vem sendo distribuída unicamente pelo Ministério da Saúde (MS) em ampolas de 5 ml, contendo 405mg de Sb +5 (1 ml = 81mg de Sb +5), para tratamento em humanos.

Nos últimos anos, doses progressivamente maiores dos antimoniais têm sido recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (O.M.S) e pelo Centro de Controle de Doenças (C.D.C) dos Estados Unidos da América devido ao aparecimento de resistência primária do parasita a essas drogas, principalmente em países como Sudão, Quênia e Índia.

No Brasil, apesar de não existir

documentação que refere a presença de cepas de L. chagasi resistentes "in vitro" aos antimoniais, recomenda-se o tratamento cauteloso da leishmaniose visceral com dosagem padronizada pelo MS, utilizando-se o limite máximo de 20 mg/Sb+5/Kg/dia, não ultrapassando 3 ampolas/dia do produto, com índices de cura de até 95%.

Na área urbana o cão é a principal fonte de infecção. Segundo informações a infecção/doença canina é mais prevalente que a infecção/doença humana. As tentativas de tratamento, por meio de drogas tradicionalmente empregadas (antimoniato de meglumina, anfotericina B, isotionato de pentamidina, alopurinol, cetoconazol, fluconazol, miconazol itraconazol), tem tido baixa eficácia. Com relação ao antimoniato de N-metil glucamina, a dosagem para tratamento canino é aproximadamente 10 vezes maior que o recomendado para o tratamento humano. O uso rotineiro de drogas em cães induz à remissão temporária dos sinais clínicos, não previne a ocorrência de recidivas, tem efeito limitado na infectividade de flebotômios e levam ao risco de selecionar parasitos resistentes às drogas utilizadas.

Portanto, o tratamento canino não tem apresentado eficácia e nem diminuído a importância do cão como reservatório do parasito. O uso rotineiro de drogas em cães pode ainda levar a uma seleção de parasitos resistentes às drogas utilizadas no tratamento humano, além de não prevenir a ocorrência de recidivas e ter efeito limitado na infectividade de flebotômios.

O laboratório produtor distribui o referido medicamento exclusivamente para o Ministério da Saúde, especificando como "Venda proibida - Uso gratuito", conforme solicitado durante o processo licitatório, baseado em legislação vigente.

No que diz respeito aos pesquisadores que vêm realizando ensaios clínicos em cães com o referido medicamento, a instituição respon-

sável deverá submeter o protocolo de pesquisa a este Ministério, para avaliação e parecer técnico da área. Caso seja de interesse da Secretaria de Vigilância em Saúde-SVS, a realização do estudo proposto, o Ministério poderá estar liberando o referido fármaco para este fim.

Com base nas Leis Federais:

- Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, artigo 10, Parágrafos IV que trata do uso de "...medicamentos, drogas, ...que interessem à saúde pública ou individual, sem ...autorização do órgão sanitário competente...", sujeito a pena de "advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro e multa" e o Parágrafo XII que trata entre outros da prática de "fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos cuja venda e uso dependam de prescrição médica..." a pena de "advertência, interdição, cancelamento de licença, e/ou multa".

- Lei nº 8.429/192 de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre a improbidade administrativa, o desvio de um medicamento do Sistema único de Saúde - SUS, é equivalente ao desvio de material público.

Diante do exposto e conforme parecer nº0299/2004 da Advocacia Geral da União, fica proibido o uso do Antimoniato de N-metil Glucamina para o tratamento da leishmaniose canina, quando o mesmo for de distribuição do Ministério da Saúde.

O desvio do medicamento para outros fins pode, dependendo das especificidades fáticas de cada uso, configurar crimes contra a Administração Pública, cujas penas são relativamente altas (a pena base pode chegar a 12 anos de reclusão), portanto constituindo em prática ilícita por parte do profissional que desvia o medicamento ou que indica o tratamento canino.

Brasília, 20 de janeiro de 2004.

Bem utilizada, a Resolução 670 só facilita a vida

Por: Fábio Schatzmann e Assessoria

O Conselho Federal de Medicina Veterinária editou no ano de 2000 a Resolução nº 670 que regulamenta as três categorias de estabelecimentos: consultórios, clínicas e hospitais veterinários e adequar-se às especificações é obrigatoriedade de todos os profissionais que atuam nos setores. Dados do CRMV-PR indicam que há instituições registradas na autarquia que não observaram as orientações e acabaram sendo denunciadas passando a responder processo administrativo pelo seu descumprimento.

Diante da realidade o CRMV-PR estará realizando no decorrer do ano uma Campanha de Normatização desses locais. O objetivo é orientar os proprietários sobre a adequação das instalações e a melhor maneira de cumprir a determinação. Um Plano de Ação que começa a ser desenvolvido pelos conselheiros da autarquia deve apresentar, entre outras recomendações, a possibilidade da montagem de um roteiro demonstrando a melhor utilização do espaço e ambientes que não podem faltar nestes estabelecimentos. Outro ponto abordado é a orientação quanto à maneira de iniciar a abertura de firmas ligadas as áreas, além de dicas básicas de como recorrer aos demais órgãos públicos (veja Box).

Para agilizar o processo destacamos a importância da troca de informações e acompanhamento da divulgação dos atos que envolvem as áreas através do site da autarquia, bem como da revista. Os interessados poderão ainda obter informações diretamente no CRMV-PR ou junto as 11 delegacias localizadas no Estado, onde também poderão retirar seus modelos. Esta matéria abre a série de temas sobre o assunto este ano.

Salientamos que o trabalho será desenvolvido em duas etapas para só então ser iniciado o período de fiscalizações. A razão é para que todos tenham tempo de se adequar, não justificando

depois alegações de descumprimento da Resolução nº 670. É do conhecimento que muitos consultórios veterinários possuem infra-estrutura satisfatória para comportar um ambiente cirúrgico, porém por estarem registrados como consultórios são impedidos pela regulamentação de executá-las. Para o CFMV e CRMV-PR não seria justo com aqueles que investem em seus estabelecimentos, se registram adequadamente competir com outras unidades que não seguem os mesmos procedimentos. Isto incorre em concorrência desleal.

Campanha de Normatização

Em 2003, já visando a campanha a ser divulgada, o CRMV-PR esteve em vários estabelecimentos veterinários ouvindo críticas e sugestões quanto aos atos fiscalizatórios a ser adotados pelo órgão.

De acordo com o levantamento colhido junto aos profissionais, figura entre as principais reivindicações maior fiscalização junto a casas agropecuárias, lojas "pet shop" e consultórios que podem estar praticando cirurgias. Nisto está a importância da adoção da medida, não somente pela concorrência desleal, mas também porque práticas inadequadas que podem descredibilizar toda a classe.

A Campanha tem por objetivo esclarecer e convencer que será mais prático legalizar a situação antes da aplicação de multas e evitar reincidência, pois o infrator, além da questão ético-profissional, tem que arcar com os custos judiciais, que podem não compensar sua permanência irregular no mercado.

Opiniões de quem está na ativa

Demonstrando a importância da Resolução nº 670, o CRMV-PR ouviu profissionais sobre o ganho prático em suas vidas e das vantagens da regulamentação. Ouvimos também, a maneira como exerciam suas atividades no início de suas carreiras. Pois do cumprimento das resoluções, normativas e das leis



Dr. Prof. Kavinski: investimentos para intervenções cirúrgicas precisas

cria-se um mercado igualitário e justo à categoria.

Abaixo algumas das opiniões dos médicos veterinários que atuam nesse segmento.

Méd. Vet. Sérgio Viapiana

Do ponto de vista comercial qual é o problema do consultório executar o que não está habilitado?

Financeiramente não vejo problema porque o profissional que consegue ter um centro cirúrgico e uma ala de internamento pode transformá-la em uma clínica. A preocupação passa mais pelo fato dele não pagar as mesmas taxas que eu, não ter as mesmas preocupações

Números de estabelecimentos

Consultório	
Curitiba e Região Metropolitana:	130
Interior e Litoral:	131
Hospitais	
Curitiba	6
Interior	8
Clínicas de Pequenos	
Curitiba	71
Interior	40
Clínicas Gerais	
Curitiba	10
Clínica Grandes	
Curitiba	1
Ponta Grossa	1

Fonte: Setor de Registro de Empresa (CRMV-PR)

e obrigações e não dispor de estrutura conveniente para estar prestando esse serviço. Uma sala de cirurgia adequada, uma área de esterilização e canis de internamento próprios, normalmente este profissional não dispõe disso. Hoje a diferença entre clínica e consultório é mínima, mas tem que ressaltar que o segundo não necessita de grande custeio, estrutura maior, funcionários e enfermeiros habilitados.

Como era a realidade quando o senhor abriu sua clínica em 1991?

Nessa época não tínhamos normas do que seria uma clínica, essa orientação saiu depois pelo CFMV. Comecei com consultório e só depois me habilitei como clínica. Havia outro detalhe, a falta de fiscalização. Não era uma exigência o cumprimento da resolução e capitalizamos recursos para montá-la como tal e só então surgiu uma legislação a qual nós nos adequamos.

Para os clientes quais os transtornos de um ambiente inadequado e que pode acarretar?

Iria desde a perda do animal de estimação ao mal serviço realizado por esse profissional. Provavelmente esse médico veterinário irá cobrar mais barato, por até saber que não possui espaço adequado para o procedimento que está realizando. Trata-se também de uma propaganda enganosa: imagine que se o cidadão desconhece esses detalhes técnicos e está colocando seu bichinho em suas mãos é porque confia somente nos resultados práticos de seu trabalho.

Méd. Vet. Luimar Carlos Kavinski

Qual sua opinião sobre cirurgias praticadas em consultórios, que ocorrem não somente na grande Curitiba mas também em outros pontos do Estado?

Campanha do CRMV-PR

A Campanha a ser lançada a partir deste ano pelo CRMV-PR quanto à normatização dos estabelecimentos veterinários no Estado está prevista pelo Plano de Ação a ser realizado em 3 etapas: a primeira terá a finalidade informativa, como esta própria matéria, através de informes que serão enviados a todos os estabelecimentos durante este ano. A segunda etapa ocorrerá concomitante a primeira, através de sugestões aos proprietários (kit's informativos, cartilha de orientação, folders entre outros materiais) onde constarão várias orientações, entre elas, perguntas antes de alugar o imóvel se o proprietário permite reformas, se a prefeitura concederá o alvará para clínica ou somente para consultório, quais as exigências da vigilância sanitária, entre outras. Na última etapa, a ação fiscalizatória e na seqüência, se houver alguma infração, a adoção das medidas legais adotadas pela Autarquia, como autos de infração e multas.

Quem sofre mais é o proprietário; não adianta nada o clínico ser alguém bem competente se o consultório não dispuser de recursos para intervenções cirúrgicas mais precisas. O profissional que faz cirurgias e intervenções, corre o risco de prestar um serviço inadequado, porque não tem condições físicas e nem equipamentos para fazer. A idéia de se ter um consultório e manter um trabalho clínico mais prolongado, vai contra o próprio profissional, pois ele deve oferecer um bom serviço e é uma pena não encararem como tal. Pelo seu mau desempenho pode gerar uma descrença maior e atingir outros colegas.

Em sua visão, qual é a grande diferença entre hospital e consultório?

O hospital tem mais recursos no que diz respeito a aparelhagem, instalação para emergência e fica sob sua responsabilidade, os animais internados em estado crítico, sendo que a internação não cabe a consultórios.

Méd. Vet. Marcellus Natal Sanson

Para o senhor qual é o grande diferencial entre as três unidades?

O hospital se caracteriza pela estrutura daqueles pacientes mais delicados, no atendimento continuado, ou seja, aquele que entra pela madrugada. Ele tem que dispor de um profissional para prestar esse atendimento, um plantonista e que mantenha a continuidade do tratamento prescrito. Essa é a grande diferença.

Qual a sua opinião sobre os que sabem essas diferenças e insistem em prosseguir realizando procedimentos cirúrgicos? Um grave problema?

Lamentável, não pela concorrência desleal, mas pelo fato de estar prejudicando aqueles que procuram praticar



Dr. Marcellus Sanson: diferenças estruturais aumentam qualidades dos serviços prestados

uma boa veterinária. Porque o cliente é cada vez mais exigente e percebe essa falta de estrutura. E a sociedade analisa seus erros como um todo, pois o erro dele afeta a imagem da categoria. Em relação ao colega, além de denegrir sua imagem, se expõe a grandes riscos, devido ao fácil acesso que as pessoas têm hoje a órgãos de defesa do consumidor. É temerário para o profissional e para a classe.

Méd. Vet. Jaime Luiz Trevisan Ribeiro

Ao abrir seu primeiro consultório, qual era a preocupação da época?

Quando vim me registrar junto ao CRMV-PR a funcionária só me perguntou se iria realizar cirurgias. Concordei e mandou-me pagar a taxa referente à clínica. Foi basicamente uma questão de valores. Não havia essa questão de lei, resolução, estruturas e nem operações fiscalizatórias por parte do Conselho ou de outros órgãos da saúde.

Hoje qual sugestão o senhor daria para quem quer abrir um estabelecimento veterinário?

Primeiro verificar a legislação para saber a nomenclatura adequada, que exigências aquele estabelecimento atende. Porque antes não havia algo definido com relação a isso. A partir do momento que surgiu, o profissional tem que se adequar. Eu mesmo tive que obedecer às exigências que surgiram. O meu conselho é que se informem e procurem se adaptar sem burlar as leis.

Méd. Vet. Glenoir Wistuba

Como eram feitos os exames complementares nas clínicas, antes das normas do CFMV?

Se fôssemos fazer um raio-x, primeiro recorria-se a um colega que possuísse o aparelho. À medida que a clientela aumenta, compramos novos equipamentos e nos estruturamos melhor. Porque a clínica, com muitos

recursos e infra-estrutura é difícil de ser montada num primeiro momento. Atualmente há necessidade de acompanhar as regulamentações e aos poucos capitalizando recursos para a expansão.

Muitas pessoas mesmo cientes das medidas adotadas pelo CFMV insistem enquanto consultórios em fazer cirurgias. Qual sua opinião?

O problema não é consultório, é a

postura do veterinário que acho mais drástica. O que acontece hoje é que acham que derrubando o concorrente vão ocupar seu espaço e ficar bem. Porém, sempre é bom estar próximo de pessoas boas. Nós no momento não temos uma avaliação desse contexto, pois proteger esses profissionais é deixar de lutar por nossa profissão. Por isso aposto que o Conselho não irá proteger esses casos.

Operações apostam em mercado igualitário

A finalidade das operações desenvolvidas a partir deste ano pelo CRMV-PR visam demonstrar a importância da criação de um mercado mais igualitário ao obedecer criteriosamente as coordenadas estabelecidas pela Resolução nº 670 do CFMV.

Elas vêm de encontro às necessidades da prestação de bons serviços veterinários para a comunidade que ensaja a saúde e bem estar dos animais de companhia. Eles a cada dia ocupam um espaço maior na vida dos brasileiros e principalmente dos paranaenses, que os têm e os tratam praticamente como um membro da família. Muitos deles chegam ainda a desempenhar funções afetivas, auxiliando pessoas a se recuperarem de doenças, na reabilitação de crianças, aumentando ainda mais o elo da estrutura familiar.

Por isto a importância dos trabalhos que focalizam ações fiscalizatórias junto aos estabelecimentos comerciais, na elaboração de cartilhas de orientações técnicas sobre a Resolução da 670 (veja abaixo as principais), e no fornecimento,

ainda em estudo, de um modelo de orientação aos futuros proprietários dos ambientes que não podem faltar nestes locais comerciais. Fazem parte também dessas metas, recomendações de como melhor fazer seu projeto de instalação de futuras unidades.

A mobilização não quer com isso criar empecilhos burocráticos a prática veterinária no Estado e nem ferir a legislação, interferindo no trabalho de outras instituições públicas e entidades, mas ajudar o profissional a começar sua vida profissional da forma mais correta possível, evitando dissabores futuros.

Sabemos que há colegas que realizam cirurgias em consultórios inadequados e que acabam tendo como resultado final a morte do paciente, além da geração de processos legais por parte dos proprietários desses animais.

Ressaltamos uma vez que isto chegue a esta casa nada pode ser feito para advogar em sua defesa, em razão dele ter transgredido uma norma

do próprio CFMV, lembrando ainda que este CRMV-PR tem como premissa básica, a fiscalização do cumprimento das leis e resoluções emanadas pelo Conselho Federal.

Alguns proprietários alegam a impossibilidade financeira de se adequar às normas para funcionamento de uma clínica, porém estes profissionais estão colocando em risco sua própria empresa, exercendo a atividade sem estar devidamente habilitada. Quando do surgimento de uma denúncia ou processo, além de prejuízo e desgaste, o profissional põe em dúvida a ação do CRMV-PR, bem como denigre toda a classe.

Por isso, o CRMV-PR investiu na criação de um grupo de ação, formados por membros do Conselho da Autarquia. Eles iniciaram o estudo de medidas que possam auxiliar os futuros profissionais que irão ingressar ou que estão exercendo suas atividades num dos três segmentos: clínicas, consultórios e hospitais veterinários. Sempre com o objetivo de melhor servir a todos, no exercício pleno, justo e legal da profissão.

Gusso detalha visita da Delegação Paranaense a Cuba

Por: Fábio Schatzmann

O médico veterinário, Rubens Luiz Ferreira Gusso, Diretor Geral do Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos fez parte da delegação do Estado do Paraná, que esteve em Cuba, entre os dias 7 a 11 de fevereiro desse ano, participando da Conferência sobre o Sistema Nacional de Saúde.

Para ele, a participação no evento foi observar de perto o avanço cubano na área de tecnologia de produção para o uso farmacêutico e veterinário. Trabalho reconhecido mundialmente. Esse segmento é responsável, observa Gusso, por boa parte da receita de exportação do país.

Na questão da produção animal destacou a suinocultura como uma das maiores receitas. Dedicando-se também a criação e exportação de frangos.

Na área de saúde pública veterinária, destaca a inspeção de carnes e produtos de origem animal realizado em toda Ilha. Gusso aponta também a erradicação total da cisticercose no país, além da raiva, que é mantida sob controle.

Médicos

De acordo com Gusso, há um grande intercâmbio de médicos formados em Cuba para o mundo todo. Em especial com o Brasil, diz ele, o maior número desses profissionais acaba atuando nas regiões norte e nordeste. "Em Cuba há 70 mil médicos em ativi-

dade e desse total, 31 mil são médicos de família", observa.

Ele adianta que recentemente o país enviou cerca de 4 mil médicos de família para a Venezuela. Em troca, explica Gusso, os venezuelanos ofertam petróleo com melhores condições.

Visitas

No roteiro cumprido esteve no Hospital Hnos Ameijeiras, conhecendo seu funcionamento, estrutura, serviços prestados, além do papel no Sistema Nacional de Saúde. Visitou também o Instituto de Reabilitação, no Instituto de Vacinas Finlav, destacado pólo cubano de produção de vacinas.

Esteve ainda no Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia, unidades que primam pela produção biotecnológica para saúde. Além do Instituto de Medicina Tropical Pedro Kouri. Verificando de perto as funções das pesquisas realizadas pela unidade. Na ocasião conheceu o programa do Médico e Enfermeira da Família e Policlínica.

Em outra parte da programação, reportou a visita ao Centro Nacional de Produção de Animais de Laboratório (Cenpalab). Vendo as instalações para produções de camundongos Germ-Free, primatas e outros animais de interesse ao sis-



Gusso, durante sua estada em Cuba

tema de produção de imunobiológicos além de pesquisas e ensaios clínicos. Na seqüência estiveram no Labiofam – fabricante de produtos farmacêuticos para uso veterinário e em saúde pública como biopraguicidas e biológicos para o controle de vetores da dengue e outras patologias, soros hiperimunes e vacinas.

Cartas

Na oportunidade da visita da delegação paranaense foram assinadas cartas de intenção entre a Secretaria de Estado da Saúde e os Ministérios da Saúde Pública e das Relações Internacionais de Cuba, com o Instituto Finlay e com o Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia para cooperação com o Estado do Paraná. O objetivo é desenvolver projetos conjuntos nas seguintes áreas: Programa de Saúde da Família, Programa de Reabilitação, Produção de Vacinas e Imunobiológicos, Saúde na fronteira e um ponto que devem interessar a outros colegas, o da Capacitação Técnica de Profissionais.

Números

De sobra na bagagem, o Méd. Vet. Rubens Luiz Ferreira Gusso, trouxe ainda números de vários setores. Entre os principais destacou: a taxa de analfabetismo que era de 56% e hoje está em 0,02%. A taxa de mortalidade infantil é de 6,5 para cada 1000 nascidos vivos (no Brasil a taxa está próxima a 40 e no Paraná é de 16,5. Nos EUA é superior a 7).

RESOLUÇÃO N.º 670 DE 10 DE AGOSTO DE 2000

<p>Do Consultório e Ambulatório Médico Veterinário</p> <p>Art. 4º Consultórios Veterinários são estabelecimentos de propriedade de Médicos Veterinários, destinados ao atendimento de consulta clínica, exames e vacinação de animais, sendo vedada a formação e manutenção de clínicas.</p> <p>Parágrafo único. Os Consultórios Veterinários estão sujeitos ao pagamento de taxa de inscrição e anuidade, em conformidade com o disposto no Conselho de Medicina Veterinária.</p> <p>Art. 5º São condições de funcionamento dos consultórios dos médicos veterinários:</p> <p>I - setor de atendimento;</p> <p>a. sala de recepção;</p> <p>b. mesa instrumentalizada de fácil higienização;</p> <p>c. consultório;</p> <p>d. pia de higienização;</p> <p>e. arquivo médico;</p> <p>f. sanitário próprio para equipamentos e medicamentos;</p> <p>II - equipamentos necessários;</p> <p>a. instrumentação exclusiva de vacinas, antígenos e outros produtos biológicos;</p> <p>b. segurança e esterilização de materiais;</p> <p>Art. 6º Ambulatórios Veterinários são as dependências de estabelecimentos comerciais, industriais, de recreação ou de ensino, onde são atendidos os animais pertencentes exclusivamente ao respectivo estabelecimento, para exames clínicos e cirúrgicos, em regime independente.</p> <p>I - setor de atendimento;</p> <p>a. sala de recepção;</p> <p>b. mesa instrumentalizada de fácil higienização;</p> <p>c. consultório;</p> <p>d. pia de higienização;</p> <p>e. arquivo médico;</p> <p>Das Hospitais</p> <p>Art. 7º Hospitais Veterinários são estabelecimentos destinados ao atendimento de pacientes para consultas, diagnósticos e tratamentos clínicos-cirúrgicos, de funcionamento obrigatório em período integral (24 horas), em sua própria propriedade ou sob a responsabilidade técnica de Médico Veterinário.</p> <p>Art. 8º São condições para o funcionamento dos Hospitais Veterinários:</p> <p>I - setor de atendimento;</p>	<p>a. sala de recepção;</p> <p>b. ambulatório;</p> <p>c. sala de atendimento;</p> <p>d. arquivo médico;</p> <p>II - setor cirúrgico;</p> <p>a. sala de preparo de pacientes;</p> <p>b. sala de anti-choque com pia de higienização;</p> <p>c. sala de esterilização de materiais;</p> <p>d. unidade de recuperação anestésica;</p> <p>e. sala cirúrgica;</p> <p>1. mesa cirúrgica instrumentalizada de fácil higienização;</p> <p>2. irrigador e aspirador anestésico;</p> <p>3. sistema de filtração e esterilização próprios;</p> <p>4. mesas auxiliares;</p> <p>III - setor de internamento;</p> <p>a. mesa e pia de higienização;</p> <p>b. bacia, bacia ou outras acomodações individuais e de isolamento compatíveis com os animais e suas dimensões, de fácil higienização, obedecendo as normas sanitárias municipais em vigor;</p> <p>c. local de isolamento para doenças infecciosas;</p> <p>IV - setor de vacinação;</p> <p>a. sanitário;</p> <p>b. local para preparo de alimentos;</p> <p>c. depósito de vacinas;</p> <p>d. instalações para registro de plantonistas;</p> <p>e. sanitários/vestibulários compatíveis com o nº de funcionários;</p> <p>f. setor de armazenamento de medicamentos e drogas;</p> <p>V - setor auxiliar de diagnóstico;</p> <p>a. serviço de diagnóstico por imagens e análise clínica próprios, contratados ou terceirizados, realizados nas dependências do local do Hospital, obedecendo as normas para instalação e funcionamento da Secretaria de Saúde do Município do Estado, desde que as providências estejam à Legislação em vigor;</p> <p>VI - equipamentos indispensáveis;</p> <p>a. instrumentação exclusiva de vacinas, antígenos e outros produtos biológicos;</p> <p>b. segurança e esterilização de materiais;</p> <p>c. irrigador anestésico;</p> <p>d. conservação de animais mortos e tecidos de tecido;</p> <p>Das Clínicas Veterinárias</p> <p>Art. 9º Clínicas Veterinárias são estabelecimentos destinados ao atendimento de animais para consultas e tratamentos clínicos-cirúrgicos, podendo ou não ter internamento, sob a responsabilidade técnica e presença de</p>	<p>Médico Veterinário.</p> <p>Parágrafo único. No caso de internamento, é obrigatório manter, no local, um ambulatório no período integral de 24 horas e, à disposição, um profissional Médico Veterinário durante o período mencionado.</p> <p>Art. 5º São condições para funcionamento de Clínicas Veterinárias:</p> <p>I - setor de atendimento;</p> <p>a. sala de recepção;</p> <p>b. consultório;</p> <p>c. sala de atendimento;</p> <p>d. arquivo médico;</p> <p>II - setor cirúrgico;</p> <p>a. sala para preparo de pacientes;</p> <p>b. sala de anti-choque com pia de higienização;</p> <p>c. sala de esterilização de materiais;</p> <p>d. sala cirúrgica;</p> <p>1. mesa cirúrgica instrumentalizada de fácil higienização;</p> <p>2. irrigador anestésico;</p> <p>3. sistema de filtração e esterilização próprios;</p> <p>4. mesas auxiliares;</p> <p>5. unidade de recuperação anestésica;</p> <p>III - setor de internamento opcional, deve dispor de:</p> <p>a. mesa e pia de higienização;</p> <p>b. bacia, bacia ou outras acomodações individuais e de isolamento, compatíveis com os animais e suas dimensões, de fácil higienização, e com coleta definitiva de lixo, obedecendo as normas sanitárias municipais em vigor;</p> <p>IV - setor de vacinação;</p> <p>a. local para preparo de alimentos;</p> <p>b. instalações para registro de plantonistas e análise (aquário) (casos necessários);</p> <p>c. sanitários/vestibulários compatíveis com o nº de funcionários;</p> <p>d. lavanderia (quando houver internamento);</p> <p>e. setor de armazenamento de drogas e medicamentos;</p> <p>V - equipamentos indispensáveis para:</p> <p>a. instrumentação exclusiva de vacinas, antígenos e outros produtos biológicos;</p> <p>b. segurança e esterilização de materiais;</p> <p>c. conservação de animais mortos e tecidos de tecido (opcionais);</p> <p>OBS - A Resolução nº 670 trata ainda sobre o funcionamento de clínicas, consultórios ou ambulatórios adotar providências para embalar e armazenar em separado o lixo biológico com maior risco de contaminação e transporte de intermédios, para coleta por órgão competente.</p>
---	---	---

Veja na íntegra a Resolução nº 670 no site do CRMV-PR.



Gusso (último à direita) entre os colegas de profissão que participaram da conferência.

Visão de mercado: uma necessidade para o futuro

Por: Fábio Schatzmann

Na estante do Coordenador de Gerência da Tortuga Cia Zootécnica Agrária em Londrina, o Méd Vét. Georges Fillis, você depara-se com livros das mais diversas especialidades. A leitura variada o motiva a exercer melhor suas duas paixões: a Medicina Veterinária e análise do mercado. A gama de conhecimento reverte na avaliação dos futuros candidatos que possam auxiliá-lo no crescimento da empresa, uma das maiores da América Latina na área de nutrição animal, onde trabalha há 20 anos.

Formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) é da primeira turma da reforma de ensino de 1974. A experiência de campo, mercado, estudo e disciplina, buscados constantemente, ao longo de mais de 25 anos de profissão, mostram em entrevista concedida a revista do CRMV-PR, caminhos a serem explorados pelos acadêmicos médicos veterinários e zootecnistas. Orientações que certamente servirão a todos os colegas.

Atualmente, o médico veterinário também preside a Associação dos Médicos Veterinários de Londrina.

Sucesso na Carreira

Georges Fillis não é de esperar e logo dispara uma análise para o sucesso na Carreira. "Fatalmente hoje é necessário analisar o mercado como um todo, mas o quê é o mercado como um todo. Vai montar uma clínica comece pelo ponto onde vai instalá-la. Numa rua escondida? Que perfil de cliente vai atender? Pequeno animal? Tem que lembrar que tem dono e ele tem onde ficar enquanto espera seu animal ser consultado? Tem uma sala com televisão, uma revista, algo mais que possa agregar no valor da consulta e dar satisfação ao cliente?".

Como se vê, a cabeça não pára. Foi assim desde que iniciou o curso em Curitiba. Nos dois primeiros anos, após vencer a barreira do vestibular, começou a vender livros. "Aprendi a arte da venda. Mas fui olhar o curso e estava

dois a zero contra. Larguei e voltei a me dedicar somente aos estudos. Acabei me formando com quatro anos e meio".

Nesse período sua atenção era engordar os bois da pequena propriedade que seu pai tinha próximo a Curitiba. Sem espaço para atuar na propriedade, foi a luta. Disputando uma vaga para supervisor de venda foi aprovado e nessa primeira empresa ficou cinco anos até iniciar na Tortuga. "Não fui contratado pelos meus olhos. Havia me dedicado a um estágio com o professor José Milton Andriquetto perito em nutrição. Tinha dois anos de prática em vendas. Disponha desses fatores e fui contratado. Por isso passei a pregar sobre a importância de um diferencial na hora de se candidatar a uma vaga".

Fillis detalha que em qualquer área a pessoa deve buscar atualização constante para conseguir os melhores resultados, estar atento às inovações tecnológicas, incorporando-as ao dia-a-dia. "Quando a coisa é feita de maneira clara, transparente, séria e honesta, faz diferença".

E o motivo do conselho é claro: ou se aperfeiçoa ou está fora do jogo.

Novo capítulo

Sobre a prática da Medicina Veterinária e Zootecnia, ele acredita que por possuir vastas áreas, com características próprias em cada região, o ensino no Brasil acaba bastante diversificado.

"No Rio Grande do Sul tende para o lado sanitário. Controle de parasitas. Uma produção voltada para a pesquisa nesse controle das verminoses e dos parasitários". Entretanto, salienta, não tiveram atenção especial com a nutrição. "Em Santa Maria, deixei claro que o aumento da produtividade deve estar baseado no controle sanitário, na genética e na nutrição".

Para Fillis, o Estado possui um



Georges Fillis, um profissional à frente do seu tempo.

material genético maravilhoso, mas falha no último quesito. "Precisavam ter um mês de neve. Se tivessem iria obrigá-los a dispor de uma reserva de nutrientes para suas criações". Felizmente, nos últimos tempos os criadores passaram a se preocupar com a nutrição, mas há um campo enorme a ser explorado.

A Saga do Ratinho

Um fazendeiro instala uma ratoeira. O rato vê e corre conversar com a galinha. Ela recomenda que tenha cuidado. Inconformado vai ao porco. Ele escuta sua queixa e diz que vai orar por ele. O rato prossegue e parte ao boi. Ele nem o ouve. Só que uma cobra passa próxima da ratoeira que dispara e a prende pelo rabo. Vem em seguida a esposa do fazendeiro e acaba sendo picada pela cobra.

Levada ao hospital fica entre a vida e a morte. Recupera-se e volta para casa. Ao retornar o fazendeiro para auxiliar no seu restabelecimento, mata a galinha para fazer uma canja. Parentes a visitam e para reforçar a comida, mata o porco. Depois de recuperada e fora de risco, o fazendeiro promove uma grande festa e chama a vizinhança. Celebrando em grande estilo, mata o boi.

No Paraná, indica locais onde se investe em áreas mais específicas: Curitiba, apresenta um ensino voltado ao pequeno animal e também para área leiteira, Palotina, uma tendência para aves e suínos e sua cidade de adoção, Londrina, uma preocupação com estudos da pecuária de corte.

A ressalva fica por conta do número de escolas e do aspecto empresarial que virou o ensino. "Em breve teremos muitos caciques e vai faltar quem faça. Vamos estar orientando e não vai ter cidadão para executar. Isso é perigoso", alerta.

Fillis insiste na questão de aliar aprendizado técnico ao conhecimento do homem do campo e criadores. "Aprendi muito com os tratadores. Tive a humildade de perguntar e de querer saber os porquês. De cada porquê que me respondiam, aprendia um pouquinho mais, até que nos cinco primeiros anos de vida profissional fui considerado, no norte do Paraná, um grande técnico voltado para a suinocultura".

Segundo Fillis, o médico veterinário que se interessa por eqüinos deve entender a fundo, se gosta de aves, saber ouvir o espírito do frango dentro dos barracões, e esse ouvido só o profissional voltado para área aprende. "Literalmente, tem que por a mão na massa. Tendo essa aptidão pode ser contratado por nossa ou qualquer outra empresa".

Mercado, a grande fronteira

O acesso ao conhecimento ficou muito facilitado, bastando ter interesse, seja pelos livros ou pela Internet. Apoiado numa história, a da instalação de uma ratoeira por um fazendeiro (veja Box), volta a apostar na visão que todo o profissional deve ter. "De repente um fato que ocorre do outro lado da rua e aparentemente não nos cabe, pode nos envolver no momento seguinte. Então precisamos ter essa visão, que a chamo de lado mercadológico. Todo o cidadão, independente da profissão, deveria ter. Esse assunto merecia ainda ter um maior zelo e cuidado nas escolas".

Nesse ponto, Fillis avalia que esse contexto merece constar da grade disciplinar curricular, principalmente

pelo fato, do futuro profissional saber que o mercado (agropecuário/agroindustrial) onde irá atuar encontra-se na ordem de US 800 milhões.

"Precisa saber quanto custa a vaca que vai tratar R\$ 600,00? Então quanto vai cobrar por uma cirurgia, uma cesariana. Vai cobrar R\$ 500,00. O que faz o proprietário? Chama o açougueiro e mata a vaca. Coloca uma novilha no lugar e não paga nada. Não corre risco".

Resultados

O médico veterinário Georges Fillis insiste na visão maior do mercado que o futuro profissional deve ter. Ao atender o animal na propriedade, deve buscar um panorama geral da área, o que ocasionou o problema e de

imediatamente, se possível, dar uma sugestão de correção. "Qual é a sua produção, quanto essas vacas produzem, o que podemos fazer para melhorar. É isso que eu falo: tem que ampliar a relação comercial e acima de tudo saber que é um gerador de resultados".

Na sua jornada, o médico veterinário e o zootecnista, devem ser vistos como profissionais que vão elevar os ganhos de quem os contrata. Nunca como uma despesa. "Se não fizer essa busca, onde ficará o nosso colega? Fora do jogo! Porque o contratante tem que nos olhar não como custo, um risco, mas sim, nos visualizar como rentabilidade. Esse "cara" veio aqui, mudou meu manejo. Falou isso, fez e resolveu, melhorou minha produtividade. Você então passa a ser sinônimo de lucratividade e de respeito".

Conselhos e Associações, entidades para o fortalecimento da categoria

Presidente da Associação dos Médicos Veterinários de Londrina, o Méd. Vet. Georges Fillis, tem a difícil tarefa de conseguir aglutinar cerca de 500 profissionais da região. Abaixo traça uma opinião entre os dois órgãos.

Para ele, os Conselhos têm na sua essência o caráter fiscalizador, "sua razão de ser". Mas para quem se encontra à frente das entidades, a preocupação é de como agrupar os profissionais. "Você só consegue ser forte em qualquer atividade se tiver um grupo forte. Esse grupo só se torna forte se estiver unido. Enxergando a coisa mais ou menos dentro da mesma ótica, vai ser tornar forte. Com isso se resgata o lado ético e profissional".

O papel que o Conselho deve desempenhar é de estar junto do profissional, incentivando, treinamento, trazendo profissionais qualificados, difundindo tecnologias e promovendo a mais pessoas acesso a especializações. "Quando tem algo a oferecer, você passa a ser ouvido. Acima de tudo de maneira profissional. Se não tiver, não adianta traçar uma estratégia. A lei do esperto não

prevalece".

Com a Associação aposta na união da classe. União que vai buscar em Londrina através do lazer, de cursos e congressos. "Fortalecer a classe, esse é o nosso grande papel. Queremos fazer isso na grande Londrina. Somos aqui 500 técnicos. É um número extremamente alto. São profissionais para o Brasil inteiro, mas somos desunidos e não é só uma característica dos médicos veterinários e zootecnistas, ocorre praticamente em todas as categorias. Assim perdemos".

Fillis não vê como um bom sinal cada profissional lutar por seu interesse e já investe na reversão desse quadro. "No momento em que está agrupado, forma uma coluna mais forte, você, enquanto profissional, passa a ser ouvido e tem uma força política. Passa a ter uma representatividade e ser referencial dentro da comunidade".

Apostamos que são metas a serem desenvolvidas durante sua gestão à frente da Associação dos Médicos Veterinários e obtidas no fortalecimento da classe, tornando-a uma referência junto à comunidade.

Você desconhece mas o médico veterinário está bem presente na Colônia Penal Agrícola

Por: Fábio Schatzmann

Liberdade e adaptação constante. O trabalho não pode ser executado de outra maneira. A orientação é feita por um dos três profissionais médicos veterinários que atuam no sistema correcional do Paraná.

Vinculado a Secretaria de Estado da Justiça, o Méd. Vet. Hernani Yoshio Hatori, atua há mais de oito anos na Colônia Penal Agrícola, situada em Piraquara, região metropolitana da capital. Formado em 1981, pela Universidade Federal do Paraná, iniciou sua carreira na Secretaria de Educação, na área ligada aos colégios agrícolas.

Dentro do sistema conta com o apoio dos apenados para utilizar as técnicas agropecuárias. O resultado desse trabalho reverte em prol da população carcerária.

A produção do gado leiteiro (em torno de 300 litros) é usada nos cafés das unidades e enfermarias, servindo de reforço alimentar aos detentos soropositivos. Já a produção de leite de cabra, em torno de 20 litros, ajuda outra ponta: enriquecer a comida das crianças e bebês da creche das sentenciadas. A produção de mel (10 quilos por mês) também tem destino semelhante.

Os exemplos mostram o caráter social da transformação do exercício



Médico veterinário Hernani: Investimentos na avicultura.

profissional dentro do sistema. Para isso, o Méd. Vet. Hernani argumenta que o repasse do conhecimento deve fluir de maneira a não impor novas regras de disciplinas em seu dia-a-dia. Se forem repassadas de maneira endurecida, momentaneamente executam as tarefas, em seguida, viram as costas e deixam de executar o trabalho que servirá para o bem estar dos animais.

Esse ensino vai mais longe, pois o Méd. Vet. Hernani, acredita que em termos de zootecnia, veterinária e ciências agrárias não existe um ponto final, "sempre haverá um caminho além daquele que pretendemos percorrer".

Realidade

Hoje o plantel conta exatamente com 143 cabeças de gado, mestiço holandês. Nem sempre foi assim.

Dr. Hernani chegou na unidade na década de 90 e recorda da falta de precisão nos números de cabeças de gado. "Fazíamos uma contagem apareciam bezerros que tinham nascido sem que soubéssemos de vacas grávidas. Fazíamos outra e descobríamos que duas peças tinham atolado e estavam mortas no campo". Na época também se investia na criação de suínos.

"Tínhamos em mente, neste tempo, a auto-suficiência do sistema penitenciário". Acreditava-se que com boa administração poderia ser produzido todo o produto de origem animal para abastecer o sistema em Piraquara e unidades penais do Estado. "Porém três anos depois começamos a ter dificuldades, havia carência de recursos e raramente o conseguíamos na hora certa".

Se isso é empecilho para muitos, serviu de estímulo aos profissionais do sistema. A partir daí, passaram a vislumbrar outras atividades. Investiram na avicultura de corte, de postura, ovinocultura, piscicultura e apicultura. A aposta maior recaiu na avicultura de corte, pelo fato de em menos de três meses haver renovação do lote e ter um alimento a mais, nas cozinhas das unidades penais.

Impacto Ambiental

Com a criação do Lago do Irai, as terras da Colônia Penal Agrícola tornaram-se Área de Preservação

Ambiental (APA) exigindo adaptação e controle no equilíbrio ecológico. Os técnicos, recorda o médico veterinário, investiram no aproveitamento do espaço de maneira mais racional.

Recentemente, órgãos ambientais proibiram a criação de suínos. "Buscamos ainda uma solução. Se não podermos criar em grande quantidade, ao menos uma matriz. Assim o interno pode prosseguir a lidar com o animal".

Trabalho

Hernani tem consciência que muitos médicos veterinários e zootecnistas desconhecem a "existência" desses profissionais dentro do sistema. Com a divulgação espera que novos colegas possam vir atuar na área.

"Na colônia, instruímos o interno a desenvolver uma atividade e abrimos um campo para outros técnicos ministrarem cursos específicos" e prossegue, "não dominamos a piscicultura por completo, então chamamos um colega que disponha desse conhecimento, de preparo de tanque. Ou mesmo de outra área para aperfeiçoamento das técnicas, como manejo do leite e higienização".

Para aquele que pretende ingressar no sistema é preciso se familiarizar com o termo ressocialização. "É um termo universal. Ao se pensar em um projeto de imediato, tenho que saber sua pretensão. Vou ressocializar o apenado? E o que significa isso: tornar e preparar esse interno, que não estava apto a viver na sociedade, para o seu retorno".



Mestiço Holandês: Plantel conta com 143 cabeças.

Treinamento

De acordo com o médico veterinário Hernani, antes de incutir ensinamentos deve-se primeiro fazer um trabalho psicológico. O apenado que estava acostumado a outra unidade leva um choque ao chegar a Colônia Penal Agrícola, onde não há muros ou grades de proteção. Segundo ele, precisa-se trabalhar com o interno por cerca de 30 dias para adaptá-lo a nova realidade, "para só então passarmos a dar noções, de pastoril e outras técnicas que irão colaborar com sua ressocialização".

O método é aplicado em outro ponto: ao nascer um bezerro quem escolhe o nome é o apenado mais próximo do animal. Dão os mais estranhos nomes, até de suas cidades de origem, com isso, os médicos veterinários ganham uma pessoa que se preocupa com o animal batizado, com sua saúde e seu desenvolvimento.

Ponto Final

Para o médico veterinário, o apenado por ter enfrentado a Justiça, sabe o que pode desenvolver na atividade agro-pastoril, sem incorrer em novas falhas. "Sai consciente do que pode realizar. Deixamos claro que certos cuidados na criação são inerentes apenas ao profissional médico veterinário ou zootecnista. Aprende a vacinar, nunca a receitar. Na hora de um parto, tem a consciência que só um profissional pode fazer e a este cabendo auxiliar".

Além de repassarem novos conhecimentos os presenteiam com um bem maior: o valor ético. Moral que irão utilizar em qualquer outra profissão que escolherem, depois de cumpridas suas sentenças.

"A passagem do sentenciado pelo sistema penal não pode ser em vão"

Trabalho contínuo

Certamente o ensino das técnicas desenvolvidas em Piraquara pode ser aplicado nas demais unidades correcionais. "Pois o crime sempre vai existir. Não podemos prosseguir com a mentalidade de apenas condená-los e jogá-los num depósito humano. Tendo capacidade de aprender, aprendam noções boas. Não podemos deixar essa passagem ser em vão", encerra.



Internos da CPA acompanham o crescimento dos animais.



Criadouros de suínos na CPA.

Alimentação animal, situação atual e desafios

Por: Ézio Gomes da Mota
Fiscal Federal Agropecuário
Diretor do Departamento de Fomento e Fiscalização da Produção Animal - DFPA
Formado em Zootecnia pela Faculdade de Zootecnia de Uberaba

O segmento comercial de alimentos para animais no Brasil produz anualmente cerca de 40,8 milhões de toneladas de rações, ocupando o terceiro lugar na produção mundial e o primeiro na América Latina, o que demonstra a importância econômica do setor no agronegócio.

Em 2003, a indústria de alimentação animal teve um faturamento global de cerca de vinte bilhões de reais.

No cenário da agropecuária mundial, questões sanitárias como BSE (doença da vaca louca), dioxinas/furanos, micotoxinas, metais pesados e outros contaminantes têm sido apresentadas com possibilidades de estreita relação com a alimentação animal. A constatação dessas ocorrências e a discussão da possível correlação do uso de antimicrobianos com a resistência bacteriana nos humanos, tem motivado a reordenação dos produtores de carne. Essa condição fez com que os governos adotassem medidas no sentido de assegurar a conformidade e a inocuidade dos produtos consumidos pelos animais, contribuindo para atualização dos instrumentos legais vigentes.

O Brasil desfruta de uma condição privilegiada de qualidade da carne e se destaca com constantes aumentos da produção e produtividade, atendendo ao mercado interno e gerando significativos excedentes exportáveis, principalmente nas carnes de bovinos e aves.

A produção e o comércio de produtos destinados à alimentação animal é regulamentada em nosso País desde 1965. Dentre as regras destacamos o enfoque voltado à organização dos processos de produção, garantia da composição nutricional dos alimentos e



Distribuidores de rações na alimentação de aves.

a conformidade dos produtos. Entretanto, face às questões sanitárias, novas ações são focadas na busca da inocuidade e segurança para a saúde pública, saúde animal, e proteção do ambiente, quando do uso de insumos na alimentação dos nossos rebanhos.

As práticas de alimentação representam o principal componente dos sistemas de produção animal. Elas são mobilizadoras de mão-de-obra nas propriedades rurais, consomem a maioria do tempo na atividade e representa o fator de produção de maior custo.

O Brasil tem destaque privilegiado na qualidade da carne e com constantes investimentos na área de produção.

Considerando a importância do segmento, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, através da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo - SARC pelo seu Departamento de Fomento e Fiscalização da Produção Animal -

DFPA, e da Secretaria de Defesa Agropecuária- SDA publicou diversas normas legais aplicadas à produção e ao comércio desses produtos, tendo como meta contribuir para o fortalecimento desse importante ramo de agronegócio brasileiro.

Regulamentações importantes estabelecidas pelo MAPA para o Setor:

- **Instrução Normativa nº 1, de 13 de fevereiro de 2003**, aprova o Regulamento Técnico sobre condições higiênico-sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/ industrializadores de alimentos para animais e o roteiro de fabricação.

- **Instrução Normativa nº 15, de 29 de outubro de 2003**, aprova o Regulamento Técnico sobre condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos que processam resíduos de animais destinados à alimentação animal. Torna obrigatório a adoção de regras preconizadas pelo OIE, nas questões de temperatura, pressão e tempo de processamento dos resíduos.

- **Instrução Normativa SARC nº 009, de 09 de julho de 2003**. Trata do Regulamento Técnico sobre Fixação de Padrões de Identidade e Qualidade de Alimentos Completos e de Alimentos Especiais destinados a

Cães e Gatos.

- **Instrução Normativa SARC nº 005, de 20 de março de 2003**. Dá diretrizes técnicas para registro de estabelecimentos processadores de cal e de farelo de polpa cítrica destinados à alimentação animal e aprovar o programa de controle dos níveis de dioxinas/furanos na cal e no farelo de polpa cítrica destinados à alimentação animal;

- **Instrução Normativa MAPA nº 9, de 27 de junho de 2003**. Proíbe a fabricação, a manipulação, o fracionamento, a comercialização, a importação e o uso dos princípios ativos clo-ranfenicol e nitrofuranos e os produtos que contenham estes princípios ativos, para uso veterinário e suscetível de emprego na alimentação de todos os animais e insetos.

- **Instrução Normativa MAPA nº 10, de 27 de abril de 2001**. Proíbe a importação, a produção, a comercialização e o uso de substâncias naturais ou artificiais, com atividade anabolizante, ou mesmo outras dotadas dessa atividade, mas desprovidas de caráter hormonal, para fins de crescimento e ganho de peso em bovinos de abate.

- **Instrução Normativa MAPA nº 15, de 17 de julho de 2001**. Proíbe a importação de ruminantes, embriões e produtos derivados destas espécies, quando procedentes e/ou originários de países que registraram casos autóctones da encefalopatia espongiforme bovina e o uso de proteínas e gorduras de mamíferos na alimentação de ruminantes. Inclui na proibição os seguintes ingredientes: carnes e miúdos; sangue e hemoderivados; farinha de sangue; farinha de carne; farinha de carne e ossos; farinha de ossos autoclavados; farinha de resíduos de açougue; farinha de vísceras de aves; farinha de penas e vísceras de aves; farinha de resíduos de abatedouros de aves, cama de aviário, bem como qualquer ingrediente ou matéria-prima que contenha vísceras de animais alimentados com proteína ou gordura de ruminantes. Excluem-se desta proibição: sêmen; leite e produtos lácteos; colágeno obtido de peles e farinha de ossos calcinada.

COESA e CONESA lançam campanha de esclarecimento da influenza aviária (Gripe do Frango)

A Influenza Aviária é uma doença das aves causada por vírus. Identificada na Itália a mais de cem anos e desde então ocorreram casos em vários países, o mais recente na Holanda, Bélgica, Chile, Estados Unidos, China e no Japão. Não há registro no país.

A principal via de transmissão, são as aves migratórias e pessoas que tiveram contato com aves infectadas, através de suas roupas, calçados, cabelo, mãos, pele e podem disseminar o vírus para as aves. Quando contaminadas as aves apresentam como sintomas sinais respiratórios associados à queda da produção e alta mortalidade. O risco de o homem contrair essa doença é baixo. Até o momento, só ocorreram casos em pessoas que tiveram contato direto com aves doentes. Não foi comprovado nenhum caso de contaminação através do consumo de carne de aves e ovos.

Para evitar que a doença chegue ao Brasil o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento adotou rotineiramente uma série de medidas para evitar a entrada da mesma no território nacional, como por exemplo:

- proíbe a importação de aves e seus produtos de quaisquer países onde ocorra a doença;
- fiscaliza os pontos de entrada (portos, aeroportos e postos de fronteira);
- realiza exames em aves migratórias e nas granjas de produção avícola;
- divulga informações para o setor avícola e a população sobre a doença;
- realiza treinamentos para os médicos veterinários dos serviços oficiais e da iniciativa privada.

Em complemento às medidas adotadas, o Paraná por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e de todas as Entidades ligadas a avicultura, com a participação ativa do Comitê Estadual de Sanidade Avícola - COESA e do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária - CONESA, estabeleceu uma série de medidas de proteção ao seu plantel avícola. Entre estas:

- manter um sistema ativo de vigilância para atender qualquer suspeita da doença;
- difusão de informações sobre a doença, envolvendo todos os elos da cadeia produtiva na vigilância;
- atualização contínua dos profissionais ligados a avicultura por meio de treinamentos e capacitações realizados por meio das Universidades e Entidades do setor.

Todos podem colaborar para evitar a introdução dessa doença no Brasil através de procedimentos como:

- Evitar visitas à países onde está ocorrendo a doença. Caso seja necessário visitar esses países, as pessoas devem evitar contato com aves. As roupas e calçados utilizados deverão ser bem lavados e ao regressar ao Brasil, rigorosamente, não entrar em contato com aves por pelo menos uma semana.
- Em hipótese alguma as pessoas devem trazer alimentos de origem animal de qualquer país.
- Evitar a entrada de pessoas nos aviários e proibir o acesso de pessoas estranhas à atividade.
- É muito importante também que qualquer suspeita da doença seja imediatamente comunicada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em qualquer Unidade Veterinária da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

Fonte: COESA/CONESA

O desafio de produzir com qualidade e competitividade

Por: Katia C. K. Kussakawa - Zootecnista MSc. - Professora da PUCPR e Marcos Elias Traad da Silva - Zootecnista MSc. Pesquisador do Iapar

O adequado manejo dos solos e dos recursos naturais são temas de debates. Tendo em vista que o processo de degradação promovido pela produção agropecuária precisa ser freado, resta maximizar as áreas disponíveis, de forma equilibrada. No entanto, pelas expectativas de crescimento populacional e pela falta de áreas produtivas, produzir com qualidade e competitividade é, sem dúvida o grande desafio. No Brasil aumentar o desempenho dos sistemas agrícolas. No primeiro momento na difusão e na aplicação de tecnologias existentes, uma vez que o nível tecnológico de boa parte das propriedades rurais carece de investimentos tecnológicos para aumento de produtividade. Considerando-se ainda que há um amplo espaço para o desenvolvimento da agricultura, é de suma importância à manutenção de baixos níveis de impacto ambiental como medida preventiva de problemas às futuras gerações.

Na mesma linha, é preciso conhecer sistemas de produção animal mais equilibrados em termos de impactos ambientais. Um bom exemplo, da necessidade do homem produzir com mais racionalidade, se vislumbra nas áreas da nutrição e da dietética aplicada à produção animal, cujo crescimento tem sido significativo e grande parte dos custos e do sucesso dos sistemas de criação se deve ao manejo nutricional e alimentar. Contudo, com a intensificação do processo de produção, tem sido frequente o uso de biocidas mais eficazes, acirrando os debates em torno do uso dos antibióticos e dos produtos químicos nas rações animais. Com o surgimento da "consciência mundial" sobre os danos ao meio ambiente, os sistemas de produção agropecuários passaram a ser discutidos sob a ótica da sustentabilidade social, econômica e ambiental e estudada em relação aos processos de produção alternativos e sobre o bem estar animal.



Poedeiras comerciais recebendo promotor de crescimento natural

Assim, cresce o interesse das indústrias da alimentação animal por produtos naturais promotores do crescimento, uso de enzimas digestivas que contribuem para o melhor aproveitamento dos nutrientes; pelo conhecimento das interações entre os nutrientes de uma dieta, pela detecção de fatores antinutricionais e até pelo uso de alimentos transgênicos com ação restauradora de grupos de células e quiçá com possíveis fatores que possam determinar desempenho superior.

Aumentar a oferta de alimentos de origem animal, mantendo ou melhorando a qualidade dos produtos e reduzindo os custos de produção sempre serão buscados, de tal forma que ao longo dos últimos oitenta anos, com o advento das descobertas dos nutrientes alimentares e das vitaminas, tem sido possível formular dietas para as mais diferentes finalidades, segundo diversos níveis de eficiência produtiva para as mais variadas espécies animais. Deve-se admitir que tais relações sempre foram norteadas por interesses comerciais e não devemos esperar por avanços com qualquer reflexo direto nas finanças dos "gigantes desenvolvidos". Eles continuam crescendo em termos científicos, tecnológicos e, por consequência, econômicos e sociais em larga escala. Isso significa que as nações em desenvolvimento devem buscar suas próprias alternativas, em pesquisas. No ramo dos fármacos naturais, por exemplo, o país possui grande diversidade biológica vegetal pouco

explorada. É inquestionável a utilização dos vegetais e dos seus princípios ativos na indústria farmacêutica e evidente a contribuição de inúmeras espécies de plantas para a elaboração de medicamentos. Verifica-se ainda um crescimento do conhecimento científico e tecnológico da indústria farmacêutica baseada em produtos de origem vegetal, principalmente os que têm uso destinado ao homem ou plantas medicinais destinadas à produção animal.

Objetivando-se dar início a um processo de avaliação de produtos alternativos utilizados na pecuária, com finalidade preventiva e curativa, foram instalados alguns ensaios com poedeiras, equinos e bovinos leiteiros, na Fazenda Experimental Gralha Azul, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), envolvendo uma equipe multidisciplinar (professores/pesquisadores). O intuito é rastrear alguns fármacos de composição exclusivamente herbórea, que possam ser utilizados em substituição ou complementação aos químicos convencionais, em função da grande demanda por informações concretas nessa área.

Enfim, aos estrategistas deste promissor mercado de alimentos, cabe observar o andamento dos estudos desencadeados e dar o necessário suporte para que o conhecimento científico seja revertido em novas tecnologias para o bem estar dos homens e dos animais.

ARQUIVO PESSOAL

INFORME PUBLICITÁRIO

O SINDIVET DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS (SINDIVET), implantou a partir de Janeiro/2004 o **Auxílio Saúde**, levando mais um benefício aos seus associados do interior do estado.

Com o acordo firmado com a direção do **Hotel Savoy**, em Curitiba, o SINDIVET passa a ter direito a um preço especial, extensivo aos associados que quiserem fazer uso do hotel com outras finalidades que não sejam por motivo de saúde.

Como vai funcionar:

- 1 - O associado terá direito a 2 (duas) diárias com café da manhã por ano.
- 2 - Outras despesas tipo estacionamento, frigobar, telefone, lavanderia, serão por conta do associado.
- 3 - As duas diárias poderão ser utilizadas da seguinte forma:
 - dias contínuos (dois dias);
 - dias alternados, datas diferentes (um dia cada);
 - 1 (um) dia se houver necessidade de acompanhante que equivale a duas diárias.

Como proceder:

- 1 - O associado deverá comunicar o SINDIVET com antecedência máxima possível para que se providencie a reserva do hotel;
- 2 - Em caso de emergência o associado pode hospedar-se e posteriormente comunicar o sindicato (principalmente em feriados e fins de semana);
- 3 - O SINDIVET precisa de um documento que comprove que o motivo foi de saúde. Exemplo: cópia de exames, atestado do médico e cópia de receita;
- 4 - Toda a despesa que excede ao que é responsabilidade do SINDIVET, deverá ser acertada com a gerência do hotel;
- 5 - O associado deverá assinar a nota fiscal de hospedagem para que o sindicato possa pagar as diárias posteriormente;
- 6 - O hotel terá uma listagem dos sócios em dia com sindicato



SINDIVET - PR
SINDICATO DOS
MÉDICOS VETERINÁRIOS
DO ESTADO DO PARANÁ



Maiores informações no seguinte endereço:
Rua João Negrão, 380, Conj 94 - 9º andar
Edifício Forti Martins - Centro
CEP: 80.010-200 Curitiba - PR
Fone/Fax: (41) 322-0151
e-mail: sindivetdopr@ig.com.br

O desafio já começou.

Você está preparado?

*O CRMV-PR
convida você para
a campanha de
"Honra ao Mérito"*

*Saiba como participar
acompanhando
as próximas
edições da Revista
do CRMV-PR.*



CRMV-PR